
EDITORIAL DO DOSSIÊ PROCESSOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO ESCOLAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

Márcia Denise Pletsch^(*)
Carlos Roberto de Carvalho^(**)

A vida como está não nos parece satisfatória, os homens morrem e não são felizes.

Albert Camus

*Realmente, vivemos tempos sombrios!
A inocência é loucura. Uma fronte sem rugas
denota insensibilidade. Aquele que ri
ainda não recebeu a terrível notícia
que está para chegar.
Que tempos são estes, em que
é quase um delito
falar de coisas inocentes,
pois implica em silenciar
sobre tantos horrores.*

Bertold Brecht

Nos últimos anos temos acompanhado crescentes transformações sociais e educacionais. De um lado, o capitalismo neoliberal precarizou crescentemente os direitos trabalhistas e sociais, ampliando a exclusão em diferentes esferas, sobretudo nos anos noventa; por outro, notou-se uma ampliação significativa do discurso em prol da inclusão e dos direitos sociais de grupos historicamente marginalizados, seja por etnia, condição social, raça, gênero ou deficiência.

Nesse contexto tem crescido e alcançado visibilidade internacional a defesa da universalização da Educação Básica como a medida urgente e eficaz para superar as desigualdades sociais. A consigna “educação para todos” (WCEFA, 1990) foi cunhada no bojo desse movimento, ligando-se diretamente ao rol de direitos mínimos e de “bens públicos” que conformariam o regime liberal-democrático (Pletsch, 2010). Associada a ela, surgiu a expressão educação inclusiva

^(*) Professora adjunta do Departamento Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc), ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: marcia_pletsch@yahoo.com.br.

^(**) Professor adjunto do Departamento Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis (1979), mestrado em educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000) e doutorado em educação pela Universidade Federal Fluminense (2005). E-mail: carlosbeto.carvalho@gmail.com.

(Unesco, 1994), que se difundiu rapidamente pelo mundo como referência para a elaboração de políticas públicas de inclusão social e educacional.

No Brasil, no bojo das crescentes reformas do Estado vividas no decorrer dos anos noventa, estenderam-se para diversos setores da educação, como, por exemplo, a gestão educacional, o financiamento, a avaliação, a formação de professores, o currículo e a inclusão escolar (Michels, 2006). Essa reforma acabou influenciando nas mudanças na legislação educacional, nos marcos do processo mais amplo de reforma neoliberal do Estado (Brasil, 1995). Esta última pode ser caracterizada como um processo pelo qual se buscou reformar o estado brasileiro por meio do redirecionamento e da remodelagem do gasto público e do papel do estado na economia, com implicações diretas no financiamento e no desenho das políticas sociais – entre elas, a educação – e na definição de novos “ganhadores” e “perdedores” na apropriação da riqueza e da renda nacional (Martins, 2002; Pereira, 2010).

A partir dessas mudanças estruturais e educacionais, logo após a posse do governo Lula, em 2003, houve um crescimento significativo nos investimentos políticos e financeiros para promover a inclusão social e educacional em diferentes setores. O objetivo dessas políticas, segundo o programa de governo do Partido dos Trabalhadores, era combater as mazelas socioeconômicas vividas por grande parcela da população com baixo poder aquisitivo e, assim, promover condições de inclusão social, em especial aos que se encontravam em situação de maior desvantagem social.¹

O ideário da inclusão foi traduzido em políticas públicas de diferentes áreas. O Ministério da Educação, por exemplo, por meio da Secretaria de Educação Especial (Seesp)² e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), implementou inúmeras diretrizes para a escolarização e a inclusão social de grupos como: deficientes, quilombolas, afrodescendentes, indígenas e populações do campo.

Em que pesem as críticas, é tomando como base essas políticas que apresentamos neste dossiê um conjunto de textos que avaliam e refletem sobre a materialização e os impactos dessas iniciativas nos processos de inclusão e exclusão educacional e social vividos por pessoas com deficiências, afrodescendentes, integrantes de movimentos sociais e muitos “outros”.

O tema deste dossiê parte de uma urgência, qual seja: tornar visível a dor e o sofrimento daqueles(as) aos quais muitos de nós ainda tratamos como sendo “os diferentes”, que aqui

¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/>. Acesso em: mar. 2011.

² Incorporada em 2011 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad).

chamaremos de os “outros”. Cumpre-nos, todavia, o dever ético e moral de nos perguntarmos: quem são esses “outros”?, quem somos “nós”?

Os “outros” são todos aqueles(as) que, segundo os padrões vigentes em determinada sociedade, *ainda não são nós*. O “outro” é todo e qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos que tratamos como sendo os “diferentes”. Os “outros” são todos que são vistos como desvio, problema a ser estudado, tematizado, classificado, substancializado. Para usar uma expressão de Bhabha (1998), o “outro” é o terceiro excluído sobre o qual um “nós”, a partir de uma suposta normalidade/superioridade, articula um discurso de autoridade. Como parte de uma textualidade científica e política colonialista, o “outro” é o objeto (nunca um sujeito) sobre o qual exercemos na ordem do discurso, como já nos fez ver Foucault (1998), a nossa vontade de poder e saber. Exercemos o nosso domínio.

Os “outros” são muitos: os analfabetos, os negros, os índios, os drogados, as mulheres, as crianças, os velhos, os gays, as lésbicas, os pederastas, os presidiários, as prostitutas, os deficientes físicos e mentais, os pobres e os miseráveis, enfim, todos aqueles seres humanos que são desumanizados, maltratados, ignorados, enfim, in-visibilizados, mesmo quando queremos torná-los visíveis.

Paradoxalmente, o “outro” pode ser visto, mesmo quando voltamos nossas palavras de apreço e consideração, como aqueles que ansiamos jamais tivessem existido. Por isso – seja para o bem ou para o mal – desejamos sempre a sua extinção. Sentimento esse que, a nosso ver, só poderá ser superado quando conseguirmos ultrapassar a arrogância de falarmos *sobre ele, em nome dele e por ele*, reduzindo-os ao silêncio de sua diferença.

O outro, todavia, não pode jamais ser ignorado. O “outro” existe. A questão não está nunca tão somente na sua existência em si, mas no modo como existem: invisíveis. No modo como temos lidado com ele: subalterno, sempre como um alguém que ainda não é um de nós, antes, como um ser que está lá fora, uma parte que ainda não faz parte da humanidade.

Nessa direção, iniciamos este dossiê com o artigo “Para além da sedução da educação inclusiva nos Estados Unidos: confrontando o poder, construindo uma agenda histórico-cultural”, de Alfredo J. Artiles e Elizabeth B. Kozleski, ambos professores da Universidade do Arizona (EUA) e de Taucia Gonzalez, doutorando da mesma universidade. Os autores apresentam um panorama sobre políticas e a produção do conhecimento envolvendo políticas de educação inclusiva nos Estados Unidos. Mostram a falta de investimentos financeiros e de pesquisas nessa área comparativamente com outros países, como, por exemplo, o Canadá. Apresentam, também, rica

reflexão sobre como historicamente as questões envolvendo raça, doença e deficiência foram relacionadas de forma subjetiva e preconceituosa, criando doenças e deficiências, sobretudo em meninos negros, pobres e mais recentemente, em imigrantes latinos. Nessa direção, o texto examina três questões que rompem com o “fascínio” presente em propostas de inclusão escolar e apresenta as fragilidades dessa política em “sociedades altamente estratificadas como a dos Estados Unidos”.

O artigo da professora Gabriela Rizo (IM/UFRRJ), “Uma reflexão sobre a inclusão, pobreza e acesso ao sistema educacional no Brasil recente”, trata do tema da inclusão como objeto das políticas de ampliação do acesso das camadas populares ao sistema educacional, problematiza os indicadores quantitativos mostrando a importância da ampliação de políticas que garantam desenvolvimento qualitativo da educação oferecida. Com base em indicadores quantitativos, a autora mostra que o crescimento do acesso ao sistema educacional por si só não contribuirá com a diminuição da desigualdade social, caso não seja acompanhado de outras políticas públicas que visem a melhoria das condições de educabilidade da população, uma vez que, ao mesmo tempo em que a educação é uma das condições da diminuição das mazelas sociais brasileiras, sua qualidade é diretamente impactada por estas.

Em seguida, o artigo “Ainda sobre exclusão escolar...”, da professora Geovana Mendonça Lunardi Mendes (PPGE/Udesc), analisa a exclusão escolar como fenômeno social tomando como referência diferentes contributos da sociologia da educação e do currículo. A autora mostra, com base em duas pesquisas realizadas em Santa Catarina, como as práticas curriculares de sala de aula e a padronização do currículo escolar continuam alijando e excluindo diferentes alunos do processo de ensino e aprendizagem.

Nessa direção, o texto “A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010)”, de Márcia Denise Pletsch (PPGEduc/UFRRJ), apresenta uma análise de documentos oficiais e do Programa Federal Educação Inclusiva: direito à diversidade as políticas recentes de inclusão escolar dirigidas para pessoas com deficiências, com ênfase no período do governo Lula (2003-2010). A autora, entre outros aspectos, mostra as contradições desse processo e a adoção de estratégias de multiplicação usada no programa de formação de gestores para disseminar a política de educação inclusiva em todo o país, seguindo diretrizes de organismos internacionais, nesse caso do Banco Mundial.

No texto seguinte, “Inclusão ou diálogo na escola: uma experiência de formação de professoras”, da professora Marisol Barenco de Mello (UFF), a formação de professores é tratada a partir de um projeto alternativo, contrariando a adoção de “modelos” autoritários e preestabelecidos, conforme proposto pela estratégia da multiplicação apresentada no texto anterior.

Para tal, a autora, a partir de um projeto de iniciação à docência, reflete sobre os processos formativos dirigidos às professoras, revelando pistas para pensarmos essa formação como um processo coletivo, construtivo e interativo, envolvendo todos os sujeitos que participam do processo de ensinar e aprender. Segundo a autora a experiência possibilita pensar em alternativas de formação de professores, abrindo caminho para uma perspectiva inclusiva, onde o diálogo entre todos os sujeitos é a base e o fundamento da formação.

O texto dos professores Valter Filé (IM/UFRRJ) e Anelice Ribetto (UERJ/FFP), intitulado “Outros corpos estão em movimento, outros campos ampliam disputas”, aborda os chamados “novos movimentos sociais”. A partir desses novos movimentos sociais sugerem esses como parte dos movimentos culturais, fundamentalmente aqueles que são produzidos pelos jovens das periferias urbanas. Nessa direção, o texto levanta aspectos da produção e da complexa relação desses jovens com a política e com os sentidos mais tradicionais de “movimento social” e as suas cumplicidades com as tecnologias da informação e da comunicação (TICS). Apresenta, em seguida, uma experiência dessa natureza ocorrida em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense. Com base nessa experiência, os autores concluem o texto levantando, segundo as suas palavras “– e não respondendo – algumas outras questões para a educação, para as práticas pedagógicas, para a escola”.

Nessa direção, as professoras Marília Campos e Roberta Maria Lobo (UFRRJ) apresentam, com o artigo “Educação do Campo no contexto contemporâneo: inclusão e contradições no diálogo entre movimentos sociais e sistemas de ensino”, uma discussão sobre a Educação do Campo, contrapondo-a à educação rural, enquanto projeto educacional criado pelos movimentos sociais na luta por reforma agrária e por produção ecologicamente sustentável, tendo como referência principal o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No texto as autoras apresentam a criação do Pronera (1998), as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (2002), as licenciaturas em Educação do Campo e da Resolução 04 (CNE-CEB, 2010) que torna a Educação do Campo modalidade da Educação Básica. Em seguida, mostram a partir da criação do curso de licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), entre outros aspectos, as contradições vivenciadas pelas instituições públicas de ensino na oferta dessa modalidade de educação.

Para finalizar o dossiê, apresentamos dois textos que focalizam aspectos que envolvem as relações etnicorraciais no Brasil, sobretudo de indivíduos pertencentes às populações afro-brasileiras.

O texto “Brasil, tudo junto e misturado: um estudo quase poético a respeito da inclusão”, do professor Carlos Roberto de Carvalho (IM/UFRRJ), busca compreender e desconstruir as

narrativas que acabaram por nos enquadrar, segundo uma ótica estereotipada, como um povo que, mais que nenhum outro, apresenta-se “indefinido, híbrido, deficiente em energia física, mental e cultural”. Com uma linguagem científica e ao mesmo tempo poética o autor se coloca contra essas narrativas que, desde o século dezenove, vem nos incluindo de forma subalternizada. Um discurso estrangeiro e estranho que, segundo o autor, acabou por desqualificar não somente aos negros e aos índios, mas a todos(as) os(as) brasileiros(as). Em seu artigo, coloca-se de forma radical e contundente contra essas narrativas (des)qualificadoras que nos recusam como homens e mulheres iguais a eles com direitos inalienáveis de experimentar o mundo de forma diferente e diferenciada. Contra o imperialismo da cultura europeia ele nos sugere uma alternativa: pensar nossa identidade híbrida, não mais como deficiência cultural, antes, como força e potência criativa de um novo tipo de sociedade em que tudo seja e esteja misturado, até mesmo à lógica daqueles que nos excluí.

O texto de Diony Maria Soares, “O cinema e a população afro-brasileira: desafios da autorrepresentação em Bróder e 5 x favela agora por nós mesmos”, apresenta-nos, tomando por base a produção de dois filmes brasileiros (já anunciados no próprio título), os desafios que todo(a) qualquer intelectual negro(a) (não importando em qual campo do conhecimento ele(a) atue) tem que enfrentar: a sua própria ambivalência: de ser um negro que é cineasta ou de ser um cineasta negro. Em decorrência dessa dupla identidade, o que fica demonstrado no decorrer do texto é a questão da visibilidade/invisibilidade de toda pessoa negra frente ao pensamento hegemônico branco e ocidental que ao mesmo que visibiliza/invisibiliza, qualifica/desqualifica. Detectar algumas pistas sobre elementos que compõem as estratégias de representação hegemônica dos indivíduos pertencentes às populações afro-brasileiras são as intenções desse artigo.

Esse conjunto de textos, que trata do tema da exclusão ou da inclusão dos ainda *não incluídos*, diz respeito a todos que acreditamos, como já nos fez ver Freire (2001) e Santos (2006), que o mundo pode ser melhor e menos perverso. Diz respeito a todos aqueles(as) que sabem que o mundo melhor pelo qual ansiamos só será possível na medida em que nos comprometermos solidária e verdadeiramente com ele.

Não restam dúvidas que os autores e autoras que aqui emprestam seus textos são pessoas comprometidas e solidárias que, como Freire (*op. cit.*) e Santos (*op. cit.*), sabem que o verdadeiro compromisso sempre será com aqueles e aquelas que, na situação concreta, encontram-se desumanizados e reduzidos a “coisas”. Sabem que o objetivo de sua atividade intelectual não poderia ser outro: promover a liberdade humana e o conhecimento em favor daqueles que mais necessitam. Desta feita, não mais para lutar em nome deles (aqueles que temos tratados por “Outros”), mas *com eles*.

Assim, esperamos que os textos apresentados neste dossiê possam contribuir não apenas com a produção de conhecimento no campo da educação, mas que, também, possibilitem reflexões sobre a realidade social e educacional brasileira vivenciada pelos diversos grupos sociais formados por tantos “Outros”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Estado em 1995.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998
- MARTINS, J.S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MICHELS, M.H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. In: *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, set./dez., v. 11, n. 33, p. 406-423, 2006.
- PEREIRA, J.M.M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PLETSCH, M.D. *Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. Rio de Janeiro: EDUR/NAU, 2010.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: CORDE, 1994.
- WCEFA. CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. *Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades Básicas de aprendizagem*. Jomtien, Tailândia: março de 1990.